

EM AR DE CONVERSA

A língua portuguesa é muito difícil é o que se ouve por aí, a cada momento, articulado não só por estudantes de português no intuito de se desculparem da insistência com que porfiam nos mesmos erros, mas, o que é mais grave, por pessoas instruídas.

O que logo impressiona a quem escuta aquele dito é a relatividade do qualificativo: o que é difícil para uns é fácil para outros; suponhamos, entretanto, que quem assim se exprime pretende apenas significar que o português, em relação a outras línguas, oferece maior número de dúvidas a quem fala ou escreve. Provaremos que não, confrontando a expressão portuguesa com a equivalente noutras línguas, o que não deixamos nunca de fazer na nossa aula.

Como se originou tal vanilóquio, que não tem o menor fundamento?

É esse o estudo que pretendemos fazer, como quem deita por terra um espantalho destinado a pôr em fuga quem cobice colher os frutos da nossa ubérrima linguagem.

Tôda nação tem o seu código de bem falar e escrever em que se instruem os naturais até aos quinze ou aos dezasseis anos, e cada qual procura exprimir-se de acôrdo com êle, abandonando os problemas da língua aos filólogos e aos gramáticos a quem compete destrinchá-los.

Entre nós, que sucede? Os estudantes de português e muitos dos que escrevem para o público descuram inteiramente da gramática elementar, para se interessarem pelas questões transcendentais: a função do reflexivo *se*, se êle pode ou não figurar como sujeito, o emprêgo do infinitivo pessoal e do impessoal, qual o sujeito do verbo *haver* impessoal e outras que tais cousas abstrusas que nada adiantam na prática.

Que resulta daí? É que, por ignorarem os verbos, não reparam, por exemplo, em que os compostos de *ter*, *pôr* e *vir* acompanham as irregularidades dos simples, pelo que é comum encontrarem-se frases como estas: “quem se *deter* a observar os fatos”, “*entretia-se* a atirar pedras por cima do muro”, “quem *supor* que faltamos à verdade vá lá ver”, “poderá adquirir terrenos onde lhe *convir*”.

O professor Lino de Andrade, um dos homens de mais aguda *verve* que já conheci, e com o qual me comprazia em palestrar, pelo que tínhamos de comum na maneira de encarar a vida, referiu-me que, por ocasião de uma reforma do ensino, um pretendente a uma cadeira do Colégio Militar lhe pedira se interessasse em seu favor perante as autoridades superiores, e acrescentara: “Não faço questão de matéria, aceito aquela para que me *proporem*”.

Ouvindo isto, o amigo Lino não duvidou reforçar-lhe os bons desejos, e observou-lhe: em português é que você fica bem; vou já daqui recomendá-lo.

Ainda mais: não há gramática elementar que não mencione os verbos defectivos; porque se não estudam? a fim de que não suceda que uma pessoa que compra à tarde o seu jornal, para o ir lendo no bonde, como aperitivo do jantar, sinta engulhos, ao deparar-se-lhe, no alto de uma coluna: “Precavenha-se o povo”, como se o verbo *precaver-se* tivesse algum parentesco com *vir* e se conjugasse nas formas rizotônicas, aquelas em que a vogal predominante cairia no radical.

Será isso prova de que a língua portuguesa é muito difícil, como se os verbos defectivos não fossem em número limitado e os irregulares, em rigor, não mais de vinte e cinco?

Nas outras línguas românicas, o espanhol, o francês, o italiano, para não sairmos das que nos são familiares, não existem igualmente verbos defectivos, e, em particular, no francês com que lidamos todos os dias, não é incomparavelmente maior o número dos irregulares e muito menos acessíveis nos acidentes?

¿Como se explica o emprêgo tumultuário dos demonstrativos? ¿Haverá língua que os não discrimine para o efeito de determinarem a situação do nome que apontam? Entre nós sempre andaram às cabeçadas. Um amigo meu, a veranejar em Friburgo, como o espicaçassem saudades do Rio, escrevia-me de lá: ¿Como vai *esta* bela terra? Estive para lhe responder que melhor o devia êle saber do que eu. Um outro, ao cruzar comigo na rua, ou por confiar demasiado no meu bom gosto ou por ter em grande conta o meu espírito de economia, indagou: onde comprou você

esta gravata? Acreditei que eu o tivesse presenteado com um adorno daquela natureza, mas não me demorei a verificar que o que ele pretendia saber era onde tinha adquirido a que eu trazia.

O que é pior é que ainda os que se dão ao estudo de gramática se deixam contaminar de vícios do falar brasileiro que se não podem explicar pela diferença natural entre o português que se fala no Brasil e o que se fala em Portugal, por ofenderem a índole da língua. Certo cavalheiro, passando dos cinquenta e encartado na ciência do direito, ao dar comigo numa loja, interpelou-me: Professor, qual é a melhor gramática portuguesa? Não sei se sabe que sempre me dei a estes estudos, porquanto prezo muito a nossa língua. Regozijei-me com o fato e já me não lembra que autor lhe inculquei; recordo-me apenas de que ele me voltou: "onde é que se a encontra?" Saí desolado e fui pensando: trinta ou quarenta anos, a folhear gramáticas, não bastaram àquele homem para ficar sabendo que os dois pronomes *se* e *o* berram de se encontrarem par a par, como se diz à francesa, por aberrarem da índole da língua, quando jungidos. A maior calúnia que já se levantou a um escritor de primeira grandeza, como Rui Barbosa, foi afirmar-se que o eminente tribuno os ajoujara em mais de um dos seus discursos, aleive que ele se apressou a desmentir, em carta a Mário Barreto.

Consistirá a dificuldade em ordenarem os professores que se dão aos verbos os complementos que eles exigem por força da significação e que se não omitam os pronomes pessoais que os representam quando já venham enunciados noutra oração? Que língua consentirá naquela omissão? É unicamente a indolência que leva muitas pessoas a se exprimirem desta maneira desleixada: *Tens lá o livro? quando vieres, traz. A sua chácara tem boas frutas? mande.*

Tão indispensáveis são em português os pronomes pessoais representativos dos complementos que, no caso de a oração se iniciar por predicativo, por objeto direto ou indireto, é impreterível reforçá-lo com o pronome respetivo: "Arquiteto do mosteiro de Santa Maria já *o* não sou; sabedor nunca *o* fui"; "irmã já não *a* tenho"; "ao pobre não *lhe* devo, ao rico não *lhe* peço". E note-se que não existem em português os equivalentes de *en* e *y* que se não dispensam em francês, e que refugamos os partitivos correspondentes a *du*, *de la*, *des* outrora usados com tanta elegância: "Ouvirás *dos* contos, comerás *do* leite".

Dir-se-á que ainda surge uma dificuldade: reconhecer pela significação do verbo a natureza do complemento que ele reclama, uma vez que as gramáticas apenas se limitam a afirmar que *complemento direto é aquêle sobre que recai imediatamente a ação do verbo sem se entrepor preposição e indireto, se entre um e outro medeia aquêle elemento*, ou coisa semelhante.

Ora, o que necessita saber quem fala ou escreve é justamente se pode ou não prescindir daquele vínculo.

... de fato, a significação não é bastante por si só para decidir da natureza do complemento, e a prova é que, conservando a mesma aceção, verbos que atualmente pedem um ou outro complemento, nos séculos XVI e XVII ainda oscilavam na transitividade. Assim:

Perdoar:

"Mas vendo o ilustre persa que vencido
Fôra do amor que em fim não tem defesa,
Levemente *o* perdoa."

(—, Canto X, Est. XLIX).

Mas

"Queria perdoar-*lhe* o rei benino"

(Id., C. III, Est. CXXX).

Foi este último que prevaleceu.

Ajudar:

"... vê-se em pressa
Veloso sem que alguém *lhe* ali ajudasse"

E ainda:

“Para ajudar na guerra a seus senhores”

(Idem, Canto IV, Est. XI).

Se, todavia, aquele *a* não é antes um expletivo.

E em contraposição:

“... e logo ordena
De ir ajudar o pai ambicioso.”

(Idem, Canto IV, Est. LVIII).

Sobreviveu a forma direta.

Argüir:

“Para que na Índia *lhe* não argüissem dos defeitos dela”

(Diogo do Couto, _____, p. 89).

A par com

“De que os profetas daquela idade sempre *os* argüiram”

(Idem, *ibid.*, p. 94).

Foi esta última que vingou.

Socorrer:

“Não poderá tam livremente ser escalada do inimigo que não haja tempo de *lhe* socorrer”.

(Idem, *ibid.*, p. 73).

“Este que socorrer-*lhe* não queria.”

(____, C. VI, Est. XLVIII).

E já então:

“Que socorrê-*la* vinha diligente”

(Idem, C. III, Est. LXV).

É esta a regência a partir do último século.

Contentar:

“E tomaram quanto *lhes* contentou”.

(Padre Manuel Godinho – _____, p. 175).

“Cada um diga a sua opinião nos livros que mais *lhe* contentam”.

(F.R. Lôbo, _____, p. 12).

“Também o suspirar à pregação, fazer gestos como quem *lhe* contenta.”

(F.M. de Melo – _____, p. 122).

Atualmente diz-se: “Não sei como contentá-*lo*”, que, de tão freqüente, não necessita abonar-se.

¿Que se há-de então fazer para se não errar nos complementos, uma vez que os clássicos vacilam e que a essência do verbo nem sempre se revela? Na nossa língua, como nas outras, existe um único recurso: é observar como procederam os bons escritores do último século para cá e, quanto mais próximos de nós, melhor. Como fazemos com os figurinos: a mim tanto me desconcerta ver um cidadão de casaca com gravata preta e colete da mesma cor como ouvi-lo dizer: “Desculpe-me que não *lhe* tinha visto”.

Outro ponto: ainda há por aí muita gente que confunde a maneira de enunciar a circunstância do tempo decorrido com o do porvir, e escreve: “a três anos”, “a meses” em vez de “há três anos”, “há meses”, e “de hoje *há* dez dias”; e nem ao menos reparam em que, na referência ao passado, a relatividade da época em que duas ações se praticam obriga o verbo a variar de tempo, desta maneira: Estou no Rio *há* dois anos e quando cheguei, já *havia* três que meu irmão aqui estava. Haverá francês por exemplo, que hesite em dizer: “il y a deux ans que je suis arrivé à Rio et il y en avait déjà trois que mon frère y était”? ¿Será porque o português é difícil que muita gente não acaba de acertar esta sintaxe?

Consideremos agora uma particularidade da nossa língua: É sabido que o português en-

trelaça as forças de imperativo propriamente dito com as do optativo, e como aquele só possui a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural, são as outras supridas pelo último ao qual também incumbem as ordens dadas pela negativa, ao que o primeiro se recusa. Nada mais simples para quem se disponha a observar, à risca, aqueles preceitos que nada têm de complicados e a que só se opõe a preguiça, sob a máscara da lei do menor esforço. Como quer que seja, poucos conseguem pô-los em prática e estou convencido, como sempre repito aos meus alunos, de que a maior parte das pessoas se vêem inibidas de dar ordens aos criados diante de gente, com receio de errarem os imperativos.

¿Como hão-de os mestres permitir a confusão no tratamento da 2ª pessoa com a 3ª, o que obriga os verbos a um sarilho, quando mais não seja, de mau gosto, e que nenhuma outra língua tolera? Chega-me por vezes aos ouvidos: "Estive à tua espera e você não apareceu. Se você fôr a S. Paulo, eu vou contigo."

¿Que culpa tem a nossa língua de ser tratada com tal descaso? O Barão do Rio Branco restabeleceu oficialmente no ministério a seu cargo o tratamento na 3ª pessoa, porque, segundo ele me disse, encontrara, numa gaveta, um cartão escrito por um colega dos mais ilustrados, no qual Vós e V. Exª andavam às testilhas, o que era uma vergonha e um mau exemplo para os funcionários da secretaria.

¿E o infinitivo, acerca do qual se têm escrito tratados, com o fim de discriminarem os casos em que se deve usar a forma impessoal e aqueles em que cumpre empregar de preferência a pessoal? ¿Não constituirá o caráter de cada uma dessas entidades um problema insolúvel? De modo nenhum; não o creio absolutamente, entre outros motivos, porque, ao reler o que escrevi antes de me preocupar com o assunto, urgido pelo ofício que exerço, tive o prazer de verificar que não errei uma só vez no uso que fiz de um e de outro.

Discorramos, entretanto, pela matéria. O denominado infinitivo pessoal é uma forma exclusivamente nossa ou que, pelo menos, se creê tal, e porque as outras línguas a não possuem, se vêem forçadas a um circunlóquio, a fim de evitarem ambigüidade. Enquanto o francês tem de dar uma volta pelo subjuntivo para exprimir uma idéia como esta: *c'est pour que vous étudiez que vos parents vous envoient à l'école*, a nós nos basta dizer: *é para estudardes que vossos pais vos mandam para o colégio*. Nestas circunstâncias, não pode haver dúvida que o infinitivo flexionado se impõe. Em contraposição, seria manifesta a redundância, além de mal soante, se dissessemos: *vamos sabermos, desejam estudarem*. Fora destes dois casos, acredito que a necessidade de encher o ouvido ou a intenção do escritor de pôr em relevo a personalidade do sujeito autorizam a empregar a forma pessoal, ainda quando baste a impessoal à compreensão do sentido.

Sempre que vem a pêlo nas minhas aulas, (não será o antigo cronista que desperta dentro de mim?) costumo ilustrar a preleção com anedotas a propósito, não só para refrescar a aridez da matéria, como para que melhor se insinue a explicação no ânimo dos ouvintes.

Aqui vai uma delas: Quando me fiz professor de portugueses, tive a necessidade de aprender a teoria dos infinitivos, assunto em que nunca havia pensado nos dez ou doze anos que escrevera para a imprensa. Recorri, portanto, à gramática de Júlio Ribeiro, então em voga. Figurou-se-me, à simples leitura, que as regras por ele inculcadas bem poderiam servir: e, como se tratasse de uma autoridade, não hesitei em as transmitir aos meus discípulos, embora não tencionasse adotá-las para meu uso, resolvido, como estava, a continuar a empregar uma ou outra consoante me ocorresse ao bico da pena. Mais tarde, aconteceu vir-me às mãos o romance daquela autor *Padre Belchior de Pontes*; no correr da leitura, sentia, uma vez por outra, coar-se-me nos membros um arrepio, como se me riscassem com as unhas a parede; investiguei a causa do fenômeno e não tardei a verificar que Júlio Ribeiro sacrificara a harmonia do estilo às regras dos infinitivos que ele próprio forjara e era o instinto do ritmo que se me horripilava no subconsciente.

Quando se pensa em quanto se tem escrito a partir dos *Estudinhos* de Silva Túlio no intento de formular regras sobre esta matéria, desmentidas sempre pelos escritores, que muitas vezes misturam uma e outra no mesmo período em situações que não divergem e até coordenadas na mesma frase, é que se compreende como os fabricantes de teorias têm contribuído para dis-

seminar no povo a falsa idéia que no português há dificuldades insuperáveis.

Concorrem, outrossim, para radicar aquela falsa crença, as dúvidas que muitos alimentam no que respeita à concordância; daí as consultas com que nos vemos assaltados os mestres:

¿Como se deve dizer: *faz quatro anos ou fazem quatro anos? Hoje são vinte ou hoje é vinte? — já deram três horas ou já deu três horas? escreve-se com dois tt (tês) ou com dois t (tê)?* que alguns gramáticos ainda registram, dando-lhes a honra de as discutir, como se, há tantos anos, não estivesse assentado que daquelas formas contrapostas só a primeira de cada par prevaleceu.

Aos que me escutam costume dar um conselho: a dúvida é uma doença terrível que produz insônias e desequilibra todo o nosso ser. Ora ¿que faz o doente diante das opiniões desencontradas dos que exercitam a medicina? Se se detiver a considerar o seu mal, sem se decidir por esta ou aquela terapêutica, agravá-lo-á até à morte; as juntas médicas são quase sempre fatais.

Resolve, então, aconselhar-se exclusivamente com um clínico bem reputado e a ele se entrega sem mais hesitação. É o que tem a fazer quem consulta mestre, como quem espera fortalecer com as certezas da ciência da linguagem o organismo depauperado por aquelas dúvidas cruéis, e ainda com uma vantagem, e vem a ser que, no tocante aos hábitos e tendências da língua, entre dois mestres que verdadeiramente o sejam, não há desacôrdo possível; e aí está uma pedra de toque para se reconhecerem.

Não me posso esquivar a tratar dos pronomes átonos na frase, e que tanto têm dado que fazer a muita gente. Estou convencido de que existem dois únicos princípios ineludíveis, em que não podem deixar de estar de acôrdo o Brasil e Portugal: 1º — É necessário que aqueles elementos se achem dispostos por maneira que não resulte obscuridade no sentido.

2º — Quando figurarem na oração os dois pronomes direto e indireto, devem vir ambos sempre conjugados, antecedendo êste àquele dêste modo: *mo, o, lho, no-lo, vo-lo*.

Em tudo mais a distribuição daquelas entidades depende exclusivamente da modulação da frase, muito diferente no português de aquém e no de além-mar: A mim, por exemplo, ser-me-ia impossível, falando ou escrevendo, iniciar uma proposição por pronome átono, e, entretanto, tendo, uma vez, pôsto em dúvida a um colega que um projeto de lei que nos interessava tivesse parecer favorável, êle me atirou com um “te garanto que êle será aprovado”, com tal intimativa, ferindo com ênfase o pronome, que confesso me senti mais garantido do que se êle me tivesse dito garanto-te ou seu, por escrúpulos de purista, houvesse pronunciado: asseguro-te ou afianço-te.

O que pretendemos que se conclua de tudo que aí ficou dito é que nós os mestres devemos, antes de mais nada, varrer da mente dos nossos ouvintes que o português é língua difícil; convencê-los de que o conceito não corresponde a nenhuma realidade objetiva e, ao expormos os fatos da língua, fazê-lo com tóda a convicção para lhes não alimentarmos a dúvida no espírito; não porque se pretenda reviver o *magister dixit*, mas porque nada adianta em presença de frases como estas: *Ê-se feliz ou infeliz, está-se bem aqui, não se me dá, eu parece-me, tu é que não queres*, discutir se elas se podem ou não analisar; o que importa saber é que tódas são português de ei.

Da sua parte, os alunos não devem dar de mão à gramática elementar a fim de exercitarem os verbos e adquirirem outras noções básicas, e, como tais, indispensáveis, submetendo-se conjuntamente a um regime diário de leitura escolhida de escritores modernos para se firmarem nos complementos e adquirirem a harmonia, e, acima de tudo, cumpre que cada qual se convença de que é tão desairoso falar um homem a sua língua mal, sob o pretexto de que ela é difícil, como irar as botas num salão por lhe doerem os calos.